

(Provisório)

Sumário

Capítulo 1

NOÇÕES PRELIMINARES 25

Ronny Charles

1. Breve histórico sobre o Estado – do modelo liberal aos tempos atuais.....	25
2. O Estado e suas funções.....	29
2.1. Funções estatais clássicas	29
2.2. Funções essenciais à Justiça.....	30
2.3. A função administrativa. Critérios de identificação e espécies	31
3. Administração pública e direito administrativo	32
3.1. Fontes do direito administrativo.....	34
3.2. Sistemas administrativos.....	35
4. Reforma Administrativa	36
4.1. Introdução	36
4.2. Principais alterações	37
4.2.1. Servidor público.....	38
4.2.2. Contratos de gestão.....	38
4.2.3. Agências executivas	38
4.2.4. Agências reguladoras.....	38
4.2.5. Terceiro setor.....	38
4.2.6. Gestão pública e serviços públicos	39
4.3. Formas de administração pública	42
5. Tendências no direito administrativo brasileiro.....	44
5.1. Princípio da legalidade.....	44
5.2. Controle social e democracia participativa	44
5.3. Supremacia do interesse público sobre o privado	45
5.4. Processualização do direito administrativo.....	45
5.5. Crise da noção de serviço público.....	46
5.6. “Agencificação”, com outorga de função regulatória	46
5.7. Princípio da subsidiariedade	46
5.8. Relativização das regras de direito público em algumas contratações administrativas	48
5.9. Formas consensuais como instrumento de resolução de problemas da Administração.....	48
5.10. Administração dialógica	49
5.11. Contrato de desempenho	50
5.12. Modernização das relações estatutárias.....	50
5.12.1. Programa de Gestão e Desempenho – PGD (Decreto federal nº11.072/2022).....	51

Capítulo 2

O REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO..... 53

Ronny Charles

1. Introdução.....	53
2. Conteúdo do regime jurídico-administrativo.....	54
2.1. Interesse público primário e interesse público secundário	55
3. Princípios da administração pública	56
3.1. Princípios constitucionais expressos.....	56
3.1.1. Princípio da legalidade.....	57
3.1.2. Princípio da impessoalidade	60
3.1.3. Princípio da moralidade	62
3.1.4. Princípio da publicidade.....	64
3.1.5. Princípio da eficiência.....	70
3.2. Outros princípios	71
3.2.1. Razoabilidade e proporcionalidade.....	71
3.2.2. Autotutela.....	72
3.2.3. Presunção de legitimidade	74
3.2.4. Motivação.....	74
3.2.5. Segurança jurídica.....	75
3.2.6. Contraditório e ampla defesa	76
3.2.7. Igualdade	77
3.2.8. Finalidade pública.....	79

Capítulo 3**ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 81****Fernando Baltar**

1. Introdução.....	81
2. Órgãos públicos	82
3. Autarquias.....	84
3.1. Conceito	84
3.2. Características	84
3.3. Criação.....	85
3.4. Prerrogativas	86
3.5. Capacidade de autoadministração	87
3.6. Controle finalístico, tutela ou vinculação.....	87
3.7. Regime jurídico dos servidores.....	89
3.8. Autarquias corporativas	89
3.9. Foro das autarquias	91
4. Agências reguladoras	91
4.1. Origem.....	91
4.2. Características	92
4.3. Regime de pessoal	94
4.4. Da interação e articulação das agências reguladoras	94
4.4.1. Função regulatória	95
4.4.2. Autorregulação.....	97
5. Fundação pública.....	98
5.1. Conceito	98

5.2. Personalidade jurídica das fundações públicas	98
5.3. Prerrogativas.....	99
5.4. Fiscalização pelo Ministério Público.....	100
6. Agências executivas.....	101
6.1. Conceito	101
6.2. Requisitos para qualificação	102
6.3. Contratação direta em razão do pequeno valor	102
7. Empresas estatais.....	103
7.1. Conceito	103
7.2. Criação	103
7.3. Regime jurídico	104
7.4. Nomeação dos dirigentes.....	109
7.5. Falência das empresas públicas e sociedades de economia mista.....	109
7.6. Empresa pública	110
7.7. Sociedade de economia mista	111
8. Consórcio público	112
8.1. Introdução	112
8.2. Requisitos	113
8.3. Prerrogativas	114
8.4. Retirada do consórcio público	115
8.5. Contrato de programa.....	115
8.6. Contrato de rateio.....	115
9. Contrato de desempenho	116
10. Súmulas do STF	117
11. Súmulas do STJ	118

Capítulo 4

ENTES DE COOPERAÇÃO.....	119
---------------------------------	------------

Ronny Charles

1. Introdução.....	119
2. Serviços Sociais Autônomos.....	121
3. Entidades de apoio	124
3.1. Entidades de apoio e contratações com recursos públicos	126
4. O Terceiro Setor	127
4.1. Terceiro Setor e entidades fechadas	130
4.2. O marco legal do Terceiro Setor no Brasil	131
4.2.1. Certificado de Utilidade Pública Federal (UPF)	133
4.2.2. Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS)	134
4.2.3. Organização Social (OS).....	138
4.2.3.1. Decreto federal nº 9.190/2017	142
4.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP).....	146
4.2.5. Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES).....	151
4.3. A Lei 13.019 e as parcerias com Organizações da Sociedade Civil.....	154
4.3.1. Dos instrumentos de parceria	155
4.3.2. Do chamamento público	156

4.3.3.	Exceções ao chamamento público.....	158
4.3.4.	Das vedações.....	159
4.3.5.	Outras nuances.....	160
4.4.	Fundos patrimoniais (<i>Endowments</i>) e a Lei nº 13.800, de 04 de janeiro de 2019.....	162
4.4.1.	Fundos patrimoniais (<i>Endowments</i>).....	162
4.4.2.	A Lei nº 13.800/2019 e o regime jurídico dos fundos patrimoniais.....	163
4.4.3.	Das Receitas dos Fundos Patrimoniais e da Utilização dos Recursos ...	164
4.4.4.	Da Formalização do Instrumento de Parceria e do Termo de Execução de Programas, Projetos e demais Finalidades de Interesse Público	165
4.4.5.	Da aplicação de recursos dos fundos patrimoniais e execução de despesas.....	166
4.4.6.	Do Descumprimento do Termo de Execução e do Encerramento do Instrumento de Parceria.....	167
5.	A prestação de serviços não exclusivos pelo terceiro setor.....	167
6.	O quarto setor.....	169

Capítulo 5

ATOS ADMINISTRATIVOS..... 171

Fernando Baltar

1.	Introdução.....	171
2.	Conceito.....	171
3.	Requisitos do ato administrativo.....	173
3.1.	Competência.....	174
3.2.	Finalidade.....	177
3.3.	Forma.....	178
3.4.	Motivo.....	179
3.5.	Objeto ou conteúdo.....	183
4.	Mérito administrativo.....	183
5.	Atributos do ato administrativo.....	184
5.1.	Presunção de legitimidade.....	184
5.2.	Imperatividade.....	184
5.3.	Exigibilidade.....	185
5.4.	Autoexecutoriedade.....	185
5.5.	Tipicidade.....	185
6.	Classificação dos atos administrativos.....	186
6.1.	Atos gerais e individuais.....	186
6.1.1.	Atos gerais.....	186
6.1.2.	Atos individuais.....	186
6.2.	Atos De Império, de Gestão e de Expediente.....	187
6.2.1.	Atos de Império.....	187
6.2.2.	Atos de Gestão.....	187
6.2.3.	Atos de Expediente.....	187
6.3.	Atos Vinculados e Discricionários.....	187
6.3.1.	Atos Vinculados.....	187
6.3.2.	Atos Discricionários.....	188

6.4.	Atos Simples, Complexos e Compostos	189
6.4.1.	Atos Simples	189
6.4.2.	Atos Complexos	190
6.4.3.	Atos Compostos	190
6.5.	Ato perfeito, válido, eficaz e exequível	191
6.5.1.	Ato Perfeito	191
6.5.2.	Ato válido	191
6.5.3.	Ato eficaz	191
6.5.4.	Ato exequível	192
6.6.	Atos constitutivos, declaratórios e ablatórios	192
6.6.1.	Atos constitutivos	192
6.6.2.	Atos declaratórios	192
6.6.3.	Atos ablatórios ou ablativos	193
6.7.	Ato nulo, ato anulável, ato inexistente e ato irregular	193
6.7.1.	Ato nulo	193
6.7.2.	Ato anulável	194
6.7.3.	Ato Inexistente	196
6.7.4.	Atos irregulares	196
7.	Espécies de atos administrativos	196
7.1.	Atos normativos	196
7.2.	Atos ordinatórios	198
7.3.	Atos negociais	199
7.4.	Atos enunciativos	200
7.5.	Atos punitivos	201
8.	Invalidação dos atos administrativos	202
8.1.	Revogação	202
8.2.	Anulação	204
8.2.1.	Cassação	208
8.2.2.	Outras formas de invalidação	208
9.	Súmulas do STF	209

Capítulo 6

PODERES ADMINISTRATIVOS..... 211

Fernando Baltar

1.	Introdução	211
2.	Poder regulamentar	212
3.	Poder hierárquico	219
4.	Poder disciplinar	221
5.	Poder de polícia	223
5.1.	Atributos	226
5.1.1.	Discrecionariedade	226
5.1.2.	Autoexecutoriedade	227
5.1.3.	Coercibilidade	228
5.2.	Condições de validade ou limites ao Poder de Polícia	228
6.	Súmulas do STF	229
7.	Súmulas do STJ	230

Capítulo 7

AGENTES PÚBLICOS	231
Fernando Baltar	
1. Conceito	231
2. Classificação	232
2.1. Agentes políticos.....	232
2.2. Servidores públicos	233
2.2.1. Servidores estatutários.....	233
2.2.2. Empregados públicos.....	234
2.2.3. Servidores temporários.....	235
2.3. Militares	237
2.4. Particulares em colaboração com o Poder Público	237
2.4.1. Por delegação do Poder Público	238
2.4.2. Por requisição, nomeação ou designação	238
2.4.3. Gestores de negócios.....	238
3. Cargos, empregos e funções públicas	238
4. Regime jurídico do servidor	240
5. Condições de ingresso	242
6. Provimento e Vacância	253
6.1. Provimento	253
6.1.1. Tipos de provimento.....	253
6.1.2. Formas de provimento	254
6.2. Vacância	257
7. Remuneração dos servidores	257
8. Responsabilidade dos servidores.....	260
8.1. Responsabilidade civil.....	260
8.2. Responsabilidade administrativa.....	261
8.3. Responsabilidade penal.....	262
9. Abuso de autoridade.....	263
9.1. Sujeitos do Crime.....	263
9.2. Efeitos da Condenação.....	263
9.3. Das Sanções de Natureza Civil e Administrativa.....	263
10. Acumulação de cargos, empregos e funções públicas	264
11. Estabilidade, vitaliciedade e estágio probatório	266
11.1. Estabilidade	266
11.2. Vitaliciedade	270
11.3. Estágio probatório.....	270
12. Regime especial de previdência do servidor.....	272
12.1. Beneficiários do regime especial.....	272
12.2. Requisitos para aposentadoria voluntária	273
12.3. Aposentadoria por incapacidade permanente	274
12.4. Pensão por morte.....	274
12.5. Contribuição do aposentado e pensionista.....	277
12.6. Abono de permanência	277
12.7. Aposentadoria compulsória	277

12.8. Regime complementar oficial de previdência	278
12.9. Regras de transição	280
13. Súmulas do STF	280
14. Súmulas do STJ	283
15. Súmulas do TCU.....	283

Capítulo 8

LICITAÇÕES PÚBLICAS **285**

Ronny Charles

1. Conceito e fundamentos constitucionais	285
2. A legislação licitatória e a nova lei de licitações.....	287
3. Objeto da licitação	290
3.1. Margem de preferência na Lei nº 14.133/2021	292
4. Destinatários das regras licitatórias	294
5. Princípios gerais da licitação.....	296
6. Contratação direta - exceções legais ao dever de licitar	296
6.1. Dispensa de licitação na Lei nº 14.133/2021	297
6.2. Inexigibilidade de licitação.....	306
6.2.1. Inexigibilidade de licitação na Lei nº 14.133/2021.....	306
6.3. Inexigibilidade e rol exemplificativo	310
6.4. Do processo de contratação direta	310
6.4.1. Dispensa eletrônica	311
7. Modalidades de licitação	312
7.2. Modalidades anômalas de seleção	316
8. Sistema de registro de preços.....	316
8.1. Características do SRP	317
8.2. Ata de registro de preços	317
8.3. Órgão gerenciador, órgão participante e órgão não participante (carona).....	318
8.4. SRP contratações diretas.....	320
8.5. Intenção de Registro de Preços (IRP).....	320
9. Critérios de julgamento	321
10. Fase preparatória da licitação	322
10.1. Fase preparatória (interna)	323
10.1.2. Manifestações jurídicas referenciais	324
10.1.3. Responsabilização do parecerista jurídico	325
10.2. Fase externa	328
10.2.3. Classificação das propostas	333
10.2.5. Adjudicação e homologação.....	335
10.3. O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) na Lei nº 14.133/2021	336
10.4. Instrumentos auxiliares	337
11. Anulação e revogação da licitação	338
12. Licitação e contratação de serviço de publicidade.....	339
13. Licitações para microempresas e empresas de pequeno porte	342
14. Licitações para as Estatais (Lei Federal nº 13.303/2016)	348
14.1. Da não observância das regras licitatórias	349

14.2. Das licitações dispensáveis.....	350
14.3. Da inexigibilidade de licitação	351
14.4. Disposições diversas sobre as licitações.....	351
14.4.1. Inexistência de modalidades estáticas	351
14.4.2. Caráter sigiloso do orçamento	352
14.4.3. Inovações para a aquisição.....	352
14.4.4. Regimes de execução	352
14.4.5. Remuneração variável.....	353
14.4.6. Contratações simultâneas.....	354
14.4.7. Das fases	354
14.4.8. Da publicidade	354
14.4.9. Modos de disputa, lances intermediários, reinício da disputa e critérios de desempate.....	355
14.4.10. Critérios de julgamento.....	355
14.4.11. Da habilitação	357
14.4.12. Dos recursos	357
14.5. Das Normas Específicas para Alienação de Bens.....	358
14.6. Procedimentos auxiliares às licitações das estatais	358
14.7. Dos contratos.....	358
15. Súmulas do STJ.....	360
16. Súmulas do TCU.....	360

Capítulo 9

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	365
1. Introdução.....	365
1.1. Contratos administrativos e a ultratividade da Lei nº 8.666/93	366
2. Espécies	367
3. Características.....	368
3.1. Formalismo	368
3.1.2. Garantias contratuais.....	369
3.2. Publicidade	371
3.3. Natureza de contrato de adesão.....	372
3.4. Mutabilidade.....	372
3.5. Cláusulas de privilégio (exorbitantes)	373
3.6. Imposição de ônus especiais.....	374
3.6.1. Possibilidade de exigência de cota para mulheres vítimas de violência e oriundos ou egressos do sistema prisional, na Lei nº 14.133/2021	374
3.7. Contratação de licitante remanescente.....	375
4. Duração dos contratos na Lei nº 14.133/2021.....	376
5. Alterações contratuais.....	378
5.1. Aditivo e apostila.....	381
5.2. Revisão econômica do contrato.....	381
5.3. Da alocação de riscos (matriz de riscos).....	384
6. Execução do contrato	384
6.1. Fiscalização do contrato.....	384

6.2.	Responsabilidade do contratado.....	386
6.3.	Encargos trabalhistas e responsabilidade subsidiária.....	386
6.4.	Subcontratação.....	390
6.5.	Recebimento provisório e recebimento definitivo.....	390
6.6.	Lei nº 14.133/2021 e meios alternativos de resolução de controvérsias.....	391
6.7.	Mediação e autocomposição de conflitos, no âmbito da administração pública.....	391
6.7.1.	Regras gerais (válidas para todos os entes).....	392
6.7.2.	Regras específicas (válidas para a Administração federal).....	393
6.8.	Da ordem cronológica de pagamentos.....	395
7.	Da extinção dos contratos na lei nº 14.133/2021.....	395
8.	Convênios e instrumentos congêneres.....	399
8.1.	Instrumentos convenientes e o Decreto federal nº 11.531/2023.....	400
8.1.1	Vedações.....	402
8.1.2	Condições essenciais para a celebração.....	403
8.1.3	Do subconveniente.....	403
8.1.4	Da titularidade dos bens remanescentes.....	403
8.1.5	Da movimentação financeira.....	404
8.1.6	Da tomada de contas especial.....	404
8.1.7	Das cooperações sem transferências de recursos ou de bens materiais.....	404
8.2.	Termo de Execução Descentralizada.....	405
9.	Consórcios públicos.....	405
10.	Sanções administrativas.....	406
10.4.	TCU e sanção de inidoneidade.....	408
10.5.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	409
11.	Súmulas do STF.....	410
12.	Súmulas do TCU.....	410

Capítulo 10

SERVIÇOS PÚBLICOS..... 413

Ronny Charles

1.	Introdução.....	413
2.	Conceito e elementos.....	414
3.	Princípios.....	415
4.	Classificação.....	420
5.	Remuneração.....	422
6.	Prestação e execução dos serviços públicos.....	424
6.1.	Simplificação do atendimento prestado aos usuários dos serviços públicos .	425
6.1.1.	Carta de serviços.....	427
6.1.2.	Medidas de desburocratização da tramitação processual.....	428
6.1.3.	Ratificação da dispensa do reconhecimento de firma e da autenticação em documentos produzidos no país.....	429
6.1.4.	Da solicitação de simplificação.....	430
6.1.5.	Das sanções pelo descumprimento.....	430

6.1.6. Vigência	431
7. Delegação do serviço público	431
7.1. Concessão de serviço público	433
7.2. Permissão de serviço público	436
7.3. Autorização de serviço público	438
8. Dos contratos de concessão de serviço público	438
8.1. Dos contratos de concessões comuns	439
8.2. Dos contratos de concessões especiais (parceria público-privada)	448
8.3. Do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI)	455
8.3.1. Da prorrogação e da relicitação	456
8.4. Do fundo de apoio à estruturação e ao desenvolvimento de projetos de concessões e parcerias público-privadas	462
8.5. Do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)	463
8.6. Da arbitragem para dirimir litígios que envolvam a administração pública federal nos setores portuário e de transporte rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroportuário	464
8.6.1. Da Convenção de Arbitragem (Da Cláusula Compromissória e Do Compromisso Arbitrário)	465
8.6.2. Do Credenciamento e da Escolha da Câmara Arbitral	466
8.6.3. Da Escolha dos Árbitros	466
8.6.4. Da Representação da Administração Pública Federal Direta e Indireta	466
9. Súmulas do STF	467
10. Súmulas do STJ	467

Capítulo 11

RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO..... 469

Fernando Baltar

1. Conceito	469
2. Evolução do tema	469
2.1. Teoria da irresponsabilidade do Estado	470
2.2. Teoria da responsabilidade com culpa	470
2.3. Teoria da culpa administrativa	471
2.4. Teoria do risco administrativo	472
2.5. Teoria da responsabilidade integral	473
3. A responsabilidade civil do estado no direito brasileiro	473
3.1. Responsabilidade das concessionárias e permissionárias de serviço público	474
3.2. Responsabilidade dos notários	475
3.3. Responsabilidade por danos decorrentes de atividades nucleares	475
4. Requisitos para demonstração da responsabilidade estatal	476
5. Posicionamento do STF acerca do nexo de causalidade	477
6. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade	479
6.1. Força maior	479
6.2. Caso fortuito	479
6.3. Atos de terceiros	480
6.4. Culpa exclusiva da vítima	480
7. Responsabilidade do Estado por danos decorrentes de sua omissão	480

8. Responsabilidade primária e subsidiária	482
9. Responsabilidade do estado por atos legislativos.....	484
10. Responsabilidade do estado por atos judiciais	485
11. Prescrição	486
12. Sujeito passivo da lide	488
13. Responsabilidade do estado por danos causados por atos terroristas	489
14. Responsabilidade do estado pela “perda de uma chance”	490
15. Responsabilidade administrativa ambiental.....	491
16. Responsabilidade civil do estado relativa a eventos adversos pós-vacinação contra a COVID-19	493

Capítulo 12

BENS PÚBLICOS..... 495

Fernando Baltar

1. Introdução.....	495
1.1. Bens das empresas públicas e sociedades de economia mista	496
2. Classificação.....	498
2.1. Bens de uso comum do povo	498
2.2. Bens de uso especial.....	498
2.2.1. Afetação e desafetação dos bens de uso comum e especial	499
2.3. Bens dominiais.....	500
3. Uso de bem público por administrado.....	502
3.1. Instrumentos estatais de outorga de títulos jurídicos para uso de bens públicos por particulares.....	503
3.1.1. Autorização de uso	503
3.1.2. Permissão de uso	503
3.1.3. Concessão de uso	504
3.1.4. Concessão de direito real de uso	504
3.2. Instrumentos privados de outorga de títulos jurídicos para uso exclusivo de bens públicos por particulares	505
3.2.1. Locação.....	506
3.2.2. Enfitese dos terrenos de marinha.....	507
4. Transferência de bens públicos entre entidades e órgãos públicos	508
4.1. Cessão de uso	508
5. Bens públicos em espécie	508
5.1. Terras devolutas	508
5.2. Terrenos de marinha	508
5.3. Terrenos reservados.....	509
5.4. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	510
5.5. Plataforma continental	510
5.6. Rios	510
5.7. Faixa de fronteira	511
5.8. Ilhas.....	511
6. Súmulas do STF	512
7. Súmula do STJ.....	512

Capítulo 13

INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO 513**Fernando Baltar**

1. Introdução ao tema	513
2. Atuação regulatória	514
2.1. Repressão ao abuso do poder econômico.....	514
2.2. Controle de abastecimento e tabelamento de preços	516
3. Intervenção pela exploração direta de atividade econômica ou intervenção participativa	516
3.1. Monopólio.....	517

Capítulo 14

PROCESSO ADMINISTRATIVO 519**Ronny Charles**

1. Introdução.....	519
2. Princípios	520
2.1. Motivação	520
2.2. Contraditório e ampla defesa.....	521
2.3. Oficialidade	522
2.4. Gratuidade	523
2.5. Pluralidade de instâncias	523
2.6. Segurança jurídica	523
3. Direitos e deveres dos administrados.....	526
3.1. Dos interessados	527
4. Da competência	528
4.1. Da delegação e da avocação	528
4.2. Do impedimento e da suspeição	530
5. Peculiaridades do processo administrativo	531
5.1. Dos atos processuais.....	531
5.2. Das intimações.....	532
5.3. Das provas	533
5.4. Dos pareceres e dos laudos técnicos	533
5.5. Da decisão	534
5.6. Da tramitação prioritária	535
5.7. Dos prazos	535
6. Do recurso administrativo, da coisa julgada administrativa e da revisão	536
7. Prescrição administrativa	538
7.1. Preclusão	540
7.2. Prescrição (preclusão) intercorrente	540
8. Processo administrativo e súmula vinculante	541
9. Do processo administrativo disciplinar.....	542
9.1. Espécies de processo disciplinar	542
9.2. Penalidades disciplinares.....	545
9.3. Fases do processo disciplinar	547
9.4. “Prescrição” da ação disciplinar.....	551

10. Decreto nº 10.153 e as salvaguardas aos denunciantes de ilícitos na Administração	554
11. Súmulas do STF	556
12. Súmulas do STJ	556
13. Enunciados CGU.....	558

Capítulo 15

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 561

Ronny Charles

1. Introdução.....	561
2. Competência legislativa.....	562
3. Elementos	562
3.1. Sujeito passivo.....	563
3.2. Sujeito ativo.....	563
3.3. Atos de improbidade.....	566
3.4. Elemento subjetivo	572
4. Das sanções	574
4.1. Indisponibilidade de bens.....	575
4.2. Ressarcimento ao erário	576
4.3. Suspensão dos direitos políticos	577
4.4. Perda da função pública	578
4.5. Perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente	579
4.6. Multa civil.....	579
4.7. Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios	580
4.8. Reparação por ato de improbidade e o sucessor ou herdeiro	581
4.9. Da gradação das sanções.....	581
5. Da declaração de bens.....	583
6. Dos processos administrativo e judicial	583
6.1. Da desconsideração da pessoa jurídica	590
6.2. Da defesa pelo órgão de assessoramento jurídico	591
6.3. Acordo de não persecução civil.....	592
6.4. Da prescrição	594
6.5. Outras nuances	595
7. Da responsabilização objetiva administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública (Lei nº 12.846/2013).....	595
7.1. Introdução	595
7.2. Dos atos lesivos à administração pública.....	597
7.3. Da responsabilização administrativa	598
7.4. Da responsabilização judicial.....	600
7.5. Do acordo de leniência	601
7.6. Da prescrição	603

Capítulo 16

CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 605

Fernando Baltar

1. Introdução.....	605
2. Classificação.....	605
2.1. Conforme o momento a ser exercido.....	605
2.1.1. Controle prévio, preventivo ou <i>a priori</i>	605
2.1.2. Controle concomitante ou sucessivo.....	606
2.1.3. Controle subsequente, corretivo <i>a posteriori</i>	606
2.2. Conforme a amplitude.....	606
2.2.1. Controle hierárquico.....	606
2.2.2. Controle finalístico, tutela ou supervisão ministerial.....	606
2.3. Conforme origem.....	606
2.3.1. Controle interno.....	606
2.3.2. Controle externo.....	607
2.3.2.1. Controle externo popular.....	608
2.3.2.1.1. Ação popular.....	608
2.3.2.1.2. Mandado de segurança.....	608
3. Controle exercido pela própria administração.....	611
3.1. Recursos administrativos.....	612
3.1.1. Legitimidade e prazos para impetração dos recursos administrativos...	612
3.1.2. Efeitos.....	613
3.1.3. Fundamento.....	613
3.1.4. Encaminhamento e forma dos recursos administrativos.....	614
3.1.5. Efeitos da decisão revisora.....	615
3.1.6. Não conhecimento do recurso.....	615
3.1.7. Espécies de recursos administrativos.....	616
3.1.7.1. Representação.....	616
3.1.7.2. Reclamação.....	616
3.1.7.3. Pedido de reconsideração.....	617
3.1.7.4. Recurso hierárquico próprio.....	617
3.1.7.5. Recurso hierárquico impróprio.....	618
3.1.7.6. Revisão.....	618
4. Controle legislativo.....	619
4.1. Controle político.....	619
4.2. Controle financeiro e orçamentário.....	620
4.3. Controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Contas.....	623
4.4. Controle dos atos de concessão de aposentadoria ou pensão.....	623
5. Controle judicial.....	624
5.1. Súmula vinculante.....	628
6. Inovações trazidas pela lei de introdução às normas do direito brasileiro – Lei nº 13.655/2018 (LINDB).....	629

Capítulo 17

INTERVENÇÃO ESTATAL NA PROPRIEDADE..... 637

Ronny Charles

1. Introdução.....	637
2. Modalidades.....	637

2.1. Limitação administrativa	638
2.2. Servidão administrativa	639
2.3. Ocupação temporária	641
2.4. Requisição administrativa	642
2.5. Tombamento	644
2.5.1. Objeto	645
2.5.2. Espécies.....	645
2.5.3. Efeitos.....	646
2.6. Desapropriação	648
2.6.1. Introdução.....	648
2.6.2. Elementos.....	648
2.6.3. Competência	649
2.6.4. Modalidades	650
2.6.5. Desapropriação indireta e desapropriação por zona.....	655
2.6.6. Procedimento.....	656
2.6.7. Imissão provisória na posse.....	659
2.6.8. Direitos do desapropriado	662
3. Súmulas do STF	664
4. Súmulas do STJ.....	665
REFERÊNCIAS	667